

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Ana Laura Itaborahy Martins

**ERRÂNCIA NO INTERIOR: UMA ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS PESSOAS EM  
SITUAÇÃO DE RUA EM SAPUCAIA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Dmítri Cerboncini Fernandes  
Coorientador: Igor de Souza Rodrigues

Juiz de Fora  
2023

## **DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, **ANA LAURA ITABORAHY MARTINS**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201972035A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ERRÂNCIA NO INTERIOR: UMA ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SAPUCAIA**, desenvolvido durante o período de 13 DE SETEMBRO DE 2022 a 7 DE JULHO DE 2023 sob a orientação de DMÍTRI CERBONCINI FERNANDES e coorientação de IGOR DE SOUZA RODRIGUES, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 7 de julho de 2023.

---

**ANA LAURA ITABORAHY MARTINS**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( X ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# ERRÂNCIA NO INTERIOR: UMA ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SAPUCAIA

Ana Laura Itaborahy Martins<sup>1</sup>

## RESUMO

Embora o tema população em situação de rua esteja ganhando destaque no cenário sociopolítico atual, pouco ainda se debate acerca dele, sobretudo nas pequenas cidades do interior. O presente trabalho foi realizado visando discurrir sobre como o assistencialismo social do pequeno município de Sapucaia enxerga e lida com o fenômeno da errância de “andarilhos-trecheiros” que caminham a beira da BR-393, rodovia que corta a cidade. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, produzida através de revisões bibliográficas e de uma entrevista feita junto a três funcionários da assistência social de Sapucaia. Os resultados obtidos através da presente pesquisa elucidam tanto o quanto “andarilhos-trecheiros” são reiteradamente estigmatizados como o quanto as atuais políticas públicas de assistência social não são pensadas de modo a abrangê-los. Os resultados desse estudo demonstram ainda a necessidade de profissionais do SUAS que compreendam as demandas dessa população itinerante e a urgência de se elaborar políticas assistencialistas desvinculadas do tripé casa-família-trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** População em situação de rua. Errância. Andarilhos. Trecheiros.

## 1. INTRODUÇÃO

O caminhar esteve presente em toda a história da existência humana. Desde o momento em que os ancestrais do homem moderno começaram a andar sobre o chão e o deslocamento pelas paisagens da Terra se tornou possível, o andar foi essencial para a realização de atividades necessárias à sobrevivência, como a caça, a pesca, a conquista de novos territórios e a formação de comunidades. Como bem destaca Justo (2012, p. 7), “[...] através dos tempos os deslocamentos de diferentes tipos ocuparam e ocupam uma posição fundamental para que o humano viesse a ser o que hoje é.” O nomadismo foi um marco na existência humana. No entanto, com o desenvolvimento das técnicas agrícolas, a sedentarização foi ganhando espaço, até se tornar o “modelo” de existência. O papel crucial da sedentarização no desenvolvimento das sociedades é inegável, porém, sobretudo nos últimos séculos, ela tornou-se quase obrigatória, sendo considerada como a única forma respeitável de existência.

Em contrapartida, os avanços na sociedade e no modo de produção, assim como os processos de desterritorialização e a perda de destaque da unidade familiar, trouxeram à tona questões como a população em situação de rua. Dividindo-se em vários perfis, essa população, que pode tanto tirar da rua dos grandes centros urbanos o seu sustento sem fazer dela sua moradia, quanto até viver em trajetória, caminhando de cidade em cidade e sobrevivendo graças às ações governamentais e da caridade alheia, é indissociável da sociedade contemporânea. No Brasil, segundo pesquisa realizada pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2022, após a pandemia da covid-19, o quantitativo da população em situação de rua aumentou 38% se comparado ao ano de 2019. Atualmente, mais de 282 mil pessoas vivem em situação de rua no país e, ainda segundo dados do Ipea, mais da metade desse quantitativo se encontra na região Sudeste.

Ao contrário do que acredita o senso comum, são inúmeros os fatores que levam à situação de rua, não estando limitados ao uso abusivo de álcool ou outras substâncias químicas e nem a problemas psíquicos. Como destaca Justo (2012), fatores como o desemprego estrutural, a dissolução do núcleo familiar, as condições sub-humanas de moradia e o alto custo de vida, sobretudo nos grandes centros urbanos, são o que têm contribuído para o crescente exponencial dessa população que além de já terem vivido as adversidades que a levaram aquela situação, precisam lidar ainda com os estigmas que lhe são impostos. O estabelecimento da sedentarização como modelo “ideal” de se viver, a instituição família como norte das

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: analaura\_itaborahy@yahoo.com.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Dmitri Cerboncini Fernandes. Coorientador: Igor de Souza Rodrigues.

políticas assistencialistas e a supervalorização do trabalho corroboram com a criação de estereótipos acerca da população em situação de rua, que culminam na exposição dessa população a violências em vários níveis, desde o ser rotulado como “vagabundo” até a negação do acesso a direitos básicos.

Apesar de vir ganhando destaque no cenário político e social atual, a situação de rua é ainda muito pouco estudada e debatida, não possuindo a visibilidade que merece, sobretudo quando se fala daquela população que vive nas ruas mas não estão circunscritas dentro dos limites geográficos e políticos de um território, e sim fazendo do caminhar pelo mundo seu modo de existir e se manter. Esses que fazem do andar seu meio de viver são relegados a patamares ainda mais inferiores do que aqueles que vivem nas ruas mas estão fixos dentro das cidades, uma vez que incorporam aquilo que a sociedade mais teme: o desgarro do trabalho, da família e da vida sedentária.

A esse nômades restam políticas públicas que buscam controlá-los e refixá-los a uma vida que não lhes serve mais, restam a assistência de profissionais que, na grande maioria dos casos, não são capacitados e nem estão preparados para compreendê-los e lidar com suas demandas, restam a margem da sociedade e os estigmas impostos por uma sociedade que, apesar de os enxergarem com a naturalidade de quem vê uma fatalidade do sistema, se sentem incomodados com sua presença nos logradouros públicos e repudiam fielmente tudo que são e produzem.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa teórica respaldada na revisão bibliográfica de livros, artigos científicos, legislações e sítios eletrônicos que tratam do tema população em situação de rua, e da realização de uma pesquisa de caráter qualitativo feita junto aos agentes assistencialistas de um pequeno município no interior do Rio de Janeiro. Partindo do pressuposto de que à assistência social deste município – e de todos os demais municípios – não lhe é cara a noção do todo socioeconômico no qual se inclui, a pesquisa visa discorrer sobre o nomadismo daqueles que Justo (2012) denominou como “andarilhos-trecheiros”, sobre a cidade e a BR que a corta, e como a assistência social da pequena cidade de Sapucaia lida com essa questão.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. A ERRÂNCIA E O CAPITALISMO

A mobilidade é parte fundamental do que constitui o ser humano. A possibilidade de se locomover assumiu papel crucial na sobrevivência dos hominídeos durante todo o início da história evolutiva humana, e foi instrumento indispensável à formação do homem moderno. Justo (2012), enfatizou como o andar simbolizou a conquista definitiva da condição humana, uma vez que foi a partir dele que nossos ancestrais puderam explorar e conquistar o mundo. A busca por ambientes com maior oferta de alimentos, abrigo e menos predadores, ou mesmo a simples curiosidade de andar por novos territórios levaram nossos ancestrais a se deslocarem, labutando por sua sobrevivência e gerando novas linhagens que evoluíram e deram origem ao *homo sapiens sapiens*, o homem moderno. A modernidade e o capitalismo acentuaram a possibilidade de se deslocar, de ir rapidamente de um local a outro, à outra cidade e até mesmo a outro país. Mas não trouxeram somente a aumento da velocidade de deslocamento e a gestão de mobilidades, e sim a intensificação da produção de fenômenos como a errância, que vem ganhando destaque em debates sociológicos, psicológicos, políticos e filosóficos.

A mobilidade é estimulada e exaltada. Mas não qualquer mobilidade. Como destaca Justo (2012) os mais afortunados podem circular livremente com bastante naturalidade e exibem essa mobilidade como “signo de poder”. No entanto, aos mal-afortunados restam espaços limitados de circulação, além de meios de transportes deficientes e que rodam por distâncias muito menores.

“Resta a constatação de que o mundo atual, como nunca antes, prometido à realização do desejo humano de circular livremente pelo planeta, prometido à experiência de aceleração do tempo e de ampliação do espaço, um mundo eminentemente cinético, instigador da trajetividade, em todos os planos da vida, acaba revelando suas contradições ao exhibir, na sua contraface, políticas de enrijecimento da mobilidade, quando certos movimentos

e deslocamentos humanos se tornam indesejados pelos poderes instituídos.” (JUSTO, 2012, p. 32)

Essa mobilidade indesejada é a mobilidade do povo, sobretudo daqueles que trafegam a esmo pelo mundo, sem o desejo de se fixar e de arrumar um trabalho. A esses, sobram o rechaço ao seu modo de existir, a invalidação de sua cultura e a negação de sua humanidade. São postos à margem e aprisionados nela, de modo a incorporarem o sentimento de párias sociais, de pessoas sem valor e sem virtudes. “No fundo, a sociedade condena aquilo que ela mesma produz, ou seja, ela produz a mobilidade e rechaça aqueles que acabam se perdendo, saindo das rotas ou se aprofundando no nomadismo” (JUSTO, 2012, p. 83).

A contradição entre esse mundo “eminente cinético”, que estimula a mobilidade e a rapidez e liberdade de deslocamento dos seres humanos, mas que ao mesmo passo repudia e busca controlar e dominar os deslocamentos e os espaços alcançados por aqueles que não mais pretendem se fixar e retornar aos meios tradicionais de existência se torna ainda maior quando paramos para pensar que, até mesmo os adeptos da vida sedentária e idólatras do trabalho têm sua mobilidade e seu espaço e tempo controlados pelas políticas de mobilidade e, principalmente, por seu próprio ídolo: o trabalho. Mas para compreender melhor essa questão, é preciso retomar ao sistema socioeconômico vigente.

Justo (2012, p. 87) enfatiza o quanto é impossível desvincular a errância do capitalismo. Ele afirma que:

“O que não se percebe é que o sistema socioeconômico não produz os tais excluídos, como se fossem um subproduto ou acidente do seu funcionamento. Ele é excludente por excelência, faz da exclusão o combustível do seu funcionamento e, portanto, ao produzir miséria, o nomadismo e tantas outras “aberrações”, está agindo inclusivamente, ou seja, está produzindo o que é próprio do seu modo de produção, da sua dinâmica, das suas finalidades, então não se trata de uma distorção ou de alguma falha que pode ser facilmente reparada.”

Tal afirmação pode causar espanto e até mesmo certa negação à primeira vista, afinal o natural é pensar que toda exclusão existente se dá pela ausência ou negligência de políticas públicas, que são resultados da corrupção e do mau uso do dinheiro público e pela má distribuição de renda. Parece assustador pensar que tais “aberrações” não só são produzidas propositalmente, mas precisam ser produzidas para que as engrenagens do sistema capitalista continuem girando e a dinâmica deste se mantenha intacta e atinja sua finalidade. É quase doloroso para aqueles que sempre acreditaram que a exclusão era apenas um acidente do sistema capitalista, aceitar que, na verdade, ela é parte indissociável dele e, de certo modo, uma de seus propósitos principais. E ao passo que esse sistema vai, cada vez, colapsando, a produção de tais “aberrações” vai se tornando maior. E o colapso desse sistema parece inevitável.

O Grupo *Krisis* (2020, p. 17-22) faz uma importante reflexão acerca do ponto que alcançou a sociedade do trabalho. Defende que o sistema capitalista, que trouxe essa ideia de “transformação incessante da energia humana em dinheiro”, transformou o tempo em uma simples matéria-prima que precisa ser otimizada a todo custo para, na prática, produzir cada vez mais dinheiro. Tudo é então produzido como mercadoria para representar a abstração do dinheiro e, conseqüentemente, do trabalho. Por isso pouco importa se o bem produzido possui conteúdo prejudicial à sociedade ou à natureza, só interessa transformar o bem produzido em dinheiro e o dinheiro em mais trabalho. Os homens deixam de se relacionar como seres sociais conscientes e passam a se relacionar como “autômatos sociais”, que existem apenas para executar o trabalho. No entanto, depois da revolução microeletrônica, a produção de riqueza já não é mais sinônimo de trabalho. Mas o homem já se tornou refém do trabalho, todos os grupos, mesmo aqueles que defendem ideias contrárias, estão unidos quando o assunto é defender o trabalho, tornando quase impossível que, hoje ou em qualquer outro momento, esse processo de desvinculação da produção de riqueza do trabalho possa ser freado ou invertido. Mas algo permanece intacto: aqueles que não conseguem vender sua força de trabalho são considerados “lixos” sociais.

O Grupo *Krisis* (2012, p. 35-38) deixa claro ainda como mesmo que o trabalho tenha se revelado obsoleto, uma vez que só proporciona mais trabalho, isso é redefinido como fracasso pessoal ou coletivo. O ditado “melhor ‘qualquer’ trabalho do que nenhum” nunca foi tão real. Passou-se a comercializar todos os tipos de relação, respaldando-se na suposta criação de novos “postos de trabalho”, que por muitas vezes oferecem condições desumanas. Contudo, o fim da sociedade do trabalho, ao passo que se torna mais evidente, se torna também mais reprimida na opinião pública. Mas três quartos da população mundial se encontram no abismo da

falta de trabalho, a crise está instaurada e não há como fugir mais disso. Mas a sociedade continua se recusando a aceitar esse fim. Considerando o desemprego como produto das exigências exageradas, inflexibilidade e falta de empenho, ou da incompetência e ganância dos governantes, todos concordam com o mesmo ponto: deve-se trabalhar a qualquer custo, se esforçar e se sacrificar ao máximo para encontrar trabalho, não importa qual seja. E aqueles que não o fazem, ou o tentam e não conseguem, são eles mesmos culpados por essa situação e podem ser postos à margem. Há uma inevitável tendência de segregação social quando a venda bem-sucedida da força de trabalho se torna exceção em uma sociedade ainda centrada na irrealidade do trabalho.

“Essa lógica reinante no capitalismo atual, e que transforma os próprios seres humanos em mercadoria, produz o excedente humano, sujeitos redundantes, descartáveis, desnecessários para a sociedade ou considerados um estorvo.” (JUSTO, 2012, p. 196)

## 2.2. O NOMADISMO DE “ANDARILHOS-TRECHEIROS”

Para iniciar o desenvolvimento deste trabalho, é fundamental, antes de tudo, definir quem são os grupos nele abordados. Fazendo referência às definições trazidas por Justo e Nascimento (2015), o termo trecheiros corresponde àqueles que circulam a pé de cidade em cidade, frequentam as instituições assistenciais para descansar e buscam ofertas de emprego ligadas à agricultura. Podem ser considerados cidadãos, mas não se fixam em determinado lugar, preferindo circular em busca de local melhor para sobreviver. Ainda fazendo uso das concepções de Justo e Nascimento (2015), se têm os andarilhos, aqueles que vagam à beira das rodovias percorrendo grandes distâncias e já desistiram de se enquadrar no modo convencional de existência, não buscam empregos fixos e fazem do caminhar de cidade em cidade seu jeito de viver. Sobrevivem da benevolência alheia e, quando necessário, do auxílio da assistência social. São estes deixados de lado tanto pelos órgãos governamentais como pelas ciências humanas e sociais, pois pouquíssimas são as pesquisas acerca do que os motiva a viver na estrada. Os andarilhos são também postos mais à margem do que os trecheiros e os moradores de rua das cidades, uma vez que estes provocam contraste no espaço urbano e por isso recebem mais atenção. Os andarilhos, como afirma Justo e Nascimento (2015) nem sequer são citados em legislações ou nos programas de políticas públicas assistenciais, recebendo mínima atenção apenas quando adentram as cidades, assim como os trecheiros.

A realidade da vida no trecho é dura em todos os aspectos. Além de lidarem com as adversidades da vida trajetiva, enfrentando o perigo do caminhar à beira de estradas e rodovias, a incerteza de conseguir ou não um trabalho, no caso daqueles que ainda o querem, a solidão de contar apenas com a própria sorte e o peso dos fenômenos naturais, têm ainda de lidar com todo o estigma de desviantes. Justo (2012, p. 53) destaca que “mais do que as eventuais dificuldades e sofrimentos para assegurar a subsistência no dia a dia, pesa sobre eles (trecheiros e andarilhos) o rechaço e à execração de sua figura, materializados em tratamentos ríspido e ofensivos.” Os rótulos de desertores que não lutaram o suficiente por suas famílias ou seu emprego, de vagabundos que querem viver perambulando por aí “às custas” da caridade alheia, que não querem saber de fincar raízes e se estabelecer porque não possuem a mesma moral que os demais, porque não levam a vida a sério como deveriam, são impostos a essas pessoas de maneira cega, sem levar em consideração o que há por trás dessa renúncia.

A vida no trecho é solitária e encarnar essa solidão não é uma escolha fácil. “Como dizem os “andarilhos-trecheiros”, o maior desafio da errância mundo afora não é encontrar o que comer e onde dormir, mas sim o desafio da solidão, o medo de se sentir sozinho e ter que contar apenas com as próprias pernas” (JUSTO, 2012). O ser humano é um ser naturalmente social, nós aprendemos desde muito pequenos a viver em comunidade e a contar com o convívio e a ajuda de outras pessoas. Abdicar dessa comunidade, ou da ideia romantizada de pertencer a uma, não é tarefa fácil.

São inúmeros os fatores que podem levar ao desgarramento da vida sedentarizada e ao dispor do trecho como opção de vida. Como enfatiza Justo (2012, p. 73), reduzir um fenômeno tão complexo como a errância a causas únicas como o desemprego é inconcebível. O fenômeno da errância tem em sua raiz questões tão intrínsecas ao processo produtivo vigente e que vem se multiplicando proporcionalmente ao desenvolvimento da sociedade que, para compreendê-lo, enquanto pessoas sedentarizadas e adeptas dos modos convencionais de vida, é preciso se distanciar de suas noções pré-concebidas sobre o que é viver de forma digna.

A sociedade vive, como destaca Justo (2012, p. 197-198) uma época em que os homens se tornaram descartáveis e o vínculos cada vez mais frágeis:

“[...] o cenário da obsolescência da humanidade é bastante abrangente e tende a ampliar a parcela daqueles seres refugiados e redundantes, que é descartada, atirada para fora do mundo como imprestável e ineficiente, diante de máquinas maravilhosas e supervisores que homem algum consegue acompanhar. [...] O medo, a insegurança, o desamparo, a desconfiança no outro são sentimentos suscitados em uma época de fragilização dos vínculos, de distanciamento e abreviação de relacionamentos.”

Os processos que levaram a migração do homem do campo para cidade não romperam apenas com o trabalho manual nas lavouras, mas retirou, em muito, o próprio significado do trabalho. Justo (2012) elucida como o trabalho humano no campo, antes rodeado de sentido, tradição e celebração, foi substituído pela mecanização e expulsou os trabalhadores para as periferias da cidade, os relegando a subempregos, nos quais a exploração da mão de obra se tornam a ordem vigente, a moradias precárias, a núcleos familiares de baixa renda e, em muito, conflituosos. Enfrentar essas transformações e as adversidades que vêm junto a elas não pode ser uma tarefa fácil. O processo de superação desses sofrimentos não é algo simples, e abordá-los é ainda mais complexo. A compreensão acerca dos problemas do mundo, sobretudo o de cunho econômico-social, pode se tornar limitada em virtude das vivências de cada um, principalmente quando estas vivências não estão atreladas a situações de vulnerabilidade social.

Interessante é ponderar também sobre o que ocorreria se esses itinerantes resolvessem retornar aos meios convencionais de existência e se estabelecer em determinada cidade. Mesmo que conseguissem um trabalho e obtivessem moradia fixa, que tratamento receberiam? Seriam tratados como iguais pelos cidadãos? Possivelmente, mesmo nas menores cidades, seriam despachados para as periferias e relegados a subempregos, que por si só já carregam o rótulo do desvalor. Mas, para além disso, carregariam consigo também o papel de *outsiders*.

Os *outsiders*, como definiu Elias e Scotson (1990, p. 7), são “os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. [...] um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *established*.” Ou seja, mesmo que optassem por se fixar em determinada cidade, arrumar um emprego, construir laços com o ambiente e as pessoas já estabelecidas, ainda sim seriam vistos como estranhos, intrusos àquela comunidade. Seus costumes seriam menosprezados, seus modos não seriam bons o bastante, sua moral seria colocada à prova e carregariam, por bastante tempo, o rótulo do não-pertencimento.

Mas o que seriam os *established*? Na definição de Elias e Scotson (1990, p. 7):

“Um *establishment* é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os *established* fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros.”

Por se considerarem a sociedade modelo, os *establisheds* conseguem imprimir nos *outsiders* o sentimento de inferioridade. Após algum tempo, afirmaram Elias e Scotson (1965), esses recém-chegados passavam a aceitar, mesmo a contragosto, a ideia de pertencerem a um grupo de “menor virtude e respeitabilidade”, mesmo que na realidade isso só fizesse jus a uma pequena parcela deles. E o peso de *outsiders* eles já carregam vivendo no trecho; a diferença está, talvez, em que caminhando solitários às margens das rodovias ou perambulando de cidade em cidade, despertam também o senso de caridade no *establishment*, que se compadece mais ao vê-los naquela situação do que se fossem *outsiders* estabelecidos dentro das periferias das cidades.

### 2.3. SAPUCAIA E A BR 393



Sapucaia é uma pequena cidade localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro. Uma cidade com dimensões territoriais relativamente grandes, considerando seu pequeno porte. Grande parte de sua área é ocupada por zonas rurais. Seus distritos possuem poucas ruas, e o distrito mais próximo fica localizado a dez quilômetros do distrito-sede da cidade. Seu centro, que é também o primeiro distrito, homônimo à cidade, possui pouquíssimos prédios, e os que existem são de poucos andares. O índice de criminalidade da cidade é baixo, sendo a maior parte relacionada ao tráfico ou porte de drogas.

A área que hoje pertence ao município de Sapucaia começou a ser ocupada por colonizadores a partir do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1808, mas somente em 1875, após a chegada de colonos impressionados com a fertilidade do solo, propício para o plantio de café, e a posterior formação de arraiais, foi efetivada como cidade. O nome Sapucaia se deu por na época existirem muitas árvores com esse nome na região.

Atualmente a cidade possui população estimada em cerca de 18 mil habitantes (IBGE 2022) e um área de aproximadamente 540,6km<sup>2</sup> (IBGE 2022), fazendo divisa com o Estado de Minas Gerais. Apesar de sua grande extensão territorial, que chega até mesmo a ser maior do que a de Três Rios, município vizinho com aproximadamente quatro vezes mais habitantes (IBGE 2022) e maior desenvolvimento econômico, a cidade não nega seu lugar enquanto um pequeno município de interior. É um lugar calmo, onde a maioria de seus habitantes se conhece e não possui vida noturna, exceto pelas festas destinadas a celebrar os santos católicos padroeiros dos distritos. Durante o dia, não é um lugar agitado nem com pessoas apressadas. Pelo contrário, seus habitantes andam calmamente pelas ruas, sendo para ir ao trabalho, ao banco, à padaria ou para resolver alguma pendência. Os únicos ruídos artificiais ouvidos na cidade se devem à rodovia Lúcio Meira, conhecida como BR-393, que se tornou a grande responsável pelo fluxo de automóveis que passam pelo município. A BR corta três dos cinco distritos da cidade, e não é exagero dizer que ela é a grande responsável pelos sons do município. Sem ela, ele repousaria em profundo silêncio e uma calma digna de produções de época.

A atual BR-393 foi construída na década de 1950 e, posteriormente recebeu o nome de Rodovia Lúcio Meira em homenagem a um ex-governador do estado do Rio de Janeiro. A rodovia inicia em Barra Mansa, no Rio de Janeiro, e termina em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo. Nesse trecho, a BR corta a cidade de Sapucaia, passando pelos distritos de Anta, Sapucaia e Jamaparã. A rodovia sempre foi chamada pelos moradores do município de Sapucaia de Rio-Bahia. No entanto, é curioso observar que a rodovia Rio-Bahia é, na verdade, a BR-116 (VERGARA FILHO, 1976, p. 505-506), que liga o Nordeste do país ao Rio Grande do Sul, na região Sul, mas que também corta o município sapucaense na altura do distrito de Jamaparã, onde se conecta à BR-393. No entanto, a denominação popular de Rio-Bahia à BR-393 se deve ao fato de que a atual Rodovia Lúcio Meira é uma das mais antigas e mais importantes rotas que ligavam o Estado do Rio ao Nordeste brasileiro. Esse “apelido” passou de geração em geração, e foi muito usado, sobretudo, na época da construção da Usina Hidrelétrica de Simplício/Anta, quando os trabalhadores das mais distintas origens vieram para a cidade construir a usina e a barragem.

Além de ser historicamente uma das mais importantes rotas entre o Nordeste e o Rio de Janeiro (ROCHA et. al, 2014), a BR-393 é ainda notoriamente relevante na altura de Sapucaia, uma vez que faz a ligação entre a BR-116, um dos principais eixos rodoviários do país, que corta cidades como Curitiba, São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza, sendo também a maior rodovia totalmente pavimentada do Brasil. Há um importante entroncamento rodoferroviário do Brasil que se dá na cidade de Três Rios (DE OLIVEIRA; MILWARD-DE-AZEVEDO, 2015), oferecendo saída para Belo Horizonte, São Paulo, Espírito Santo, Brasília e a cidade do Rio de Janeiro.

Graças a sua localização, Sapucaia encara o desafio de lidar, quase que diariamente, com itinerantes que passam pela cidade a caminho de outras localidades ou simplesmente perambulando pelas rodovias, sendo esse o perfil mais expressivo de pessoas em situação de rua que o município lida, uma vez que quanto a municípios vivendo em situação de rua, os registros são quase inexistentes. Sendo assim, surge a questão de como um pequeno município do interior do sudeste lida com a situação de rua de “andarralhos-trecheiros”, quando nem a miséria que é tão explícita na figura dos moradores de rua dos grandes centros urbanos está rotineiramente escandalizando os olhos pacatos dos cidadãos dessa cidade ao ponto destes a naturalizarem enquanto infortúnio do sistema. Sapucaia, com toda sua tranquilidade e boa intenção, busca dar conta desse problema social quando ele chega até ela, mas tem ela noção do todo socioeconômico no qual o município se enquadra?

## 2.4. A PESQUISA

A pesquisa foi realizada através de entrevistas com três funcionários da Assistência Social do município de Sapucaia, com idades entre 27 e 35 anos, sendo um da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e os outros dois do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Na Secretaria de Assistência Social foi entrevistada a diretora de proteção social, graduada em Serviço Social e bacharel em Direito, que antes de realizar o trabalho na secretaria, atuou como assistente social tanto no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), quanto no CREAS. No CREAS, foram entrevistados o coordenador do equipamento, também formado em direito, e a técnica que realiza os atendimentos à população itinerante, graduada em psicologia. Para a realização das entrevistas, foi utilizado como apoio um questionário previamente estabelecido com base na revisão bibliográfica realizada e as questões que surgiram a partir dela. A construção do questionário contou com o apoio do orientador desta pesquisa e sua aplicação foi feita de forma livre, se estabelecendo como uma conversa natural entre o entrevistador e o entrevistado, sendo as questões aplicadas de acordo com o caminho seguido pela entrevista. A entrevista foi gravada e as falas dos entrevistados foram posteriormente transcritas e analisadas.

Durante as entrevistas foi constatado que em relação à situação de rua, o município de Sapucaia possui como perfil mais expressivo as pessoas em trajetória. São majoritariamente homens adultos que estão ou indo do Nordeste em direção a São Paulo, ou vindo de São Paulo em direção ao Nordeste. Devido a sua localização em meio à BR 393, Sapucaia lida predominantemente com “andarilhos-trecheiros” e migrantes que estão em rota de ou para o Nordeste, uma vez que a rodovia pode ser considerada um dos mais relevantes trajetos entre essa região e o Sudeste. Quanto a munitipes em situação de rua, o primeiro registro do município é do ano de 2021.

Os técnicos que realizam o atendimento buscam compreender a história dessas pessoas e encaminhá-los de acordo com suas necessidades. Segundo relato desses funcionários, são, em média, vinte itinerantes que passam mensalmente pelo município, e que afirmam em maioria estar à procura de emprego e uma vida melhor. Eles raramente permanecem por muito tempo em Sapucaia, solicitando a concessão de passagem para que possam seguir viagem. São ofertados pelo CREAS, além da concessão de passagens para cidades vizinhas, os “kit alimentação”, “kit higiene pessoal” e cobertores. Há casos, ainda, em que o usuário é encaminhado diretamente para a cidade onde deseja ir. A equipe realiza essa assistência em casos muito específicos, geralmente se limitam a usuários com deficiência ou problemas graves de saúde, estando incapazes de continuar sua trajetória. A equipe do CREAS entra em contato com a família do usuário, para averiguar se ela é capaz de receber ele, nos casos em que ele deseja retornar para casa, ou com os equipamentos de assistência social do município para onde ele deseja prosseguir viagem.

Os únicos equipamentos de Assistência Social disponíveis no município são o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e as casas de acolhimento ao idoso e à criança. Conforme destaca a diretora de proteção social da SMAS, isso se deve ao porte do município:

“Sapucaia é considerado um município de pequeno porte um. E por ser um município pequeno, sem um quantitativo populacional grande, não recebe recurso específico para equipamentos que atendem determinadas demandas, como o Centro POP, por exemplo, equipamento da Assistência Social voltado para atender a população em situação de rua. O único Centro POP da região é em Volta Redonda, que é uma cidade muito maior. Nem mesmo a cidade de Três Rios, que deve ter mais ou menos 100 mil habitantes, possui um Centro POP. Lá possui um abrigo, mas não um centro de atendimento especializado para a população de rua como é o Centro POP. Então o fato de ser um município de pequeno porte limita Sapucaia a receber recurso para determinadas demandas, como por exemplo, o centro de atendimento especializado a mulher, pois não tem nível populacional suficiente para receber. Sapucaia possui somente os equipamentos básicos que são o CRAS, o CREAS e instituições de acolhimento para idosos e para crianças. O único equipamento da cidade voltado para a população de rua é o CREAS, que realiza o atendimento para compreender a demanda, abordar, conhecer e acolher o usuário, faz a concessão do kit banho

para a pessoa poder tomar banho, fornece o kit alimentação e cobertores.” (Diretora de proteção social de Sapucaia, 2022).

A demanda de pessoas em trajetória na cidade é pequena, e o município, por não receber recurso destinado a essas pessoas, custeia o que pode com recurso próprio, pois precisa elencar as prioridades de acordo com a demanda. Conforme pondera a mesma funcionária:

“O estado e o governo federal não financiam recurso para o serviço de abordagem social, mesmo assim a secretaria oferta esse serviço com uma equipe do CREAS que fica disponível, mesmo fora do horário de expediente para realizar a abordagem, caso seja necessário. Essa medida se deu justamente por haver a questão dos migrantes, que mesmo podendo utilizar a via pública da cidade, é mais interessante que eles possam continuar a viagem ou estar em um lugar que ofereça abrigo. Geralmente são encaminhados para Além Paraíba que possui um albergue, ou para Três Rios, onde o CREAS consegue realizar o acolhimento no abrigo. Eles geralmente não gostam de pernoitar no albergue de Além. Quando eu fazia os atendimentos eles reclamavam bastante de lá, principalmente sobre roubo de seus pertences... Mas a equipe busca encaminhar para cidades vizinhas para que eles possam ter um lugar apropriado para passar a noite, e em situações excepcionais, a secretaria custeia hotel. Mas essa oferta do hotel é só em situações excepcionais mesmo, se o indivíduo apresentar essa necessidade, por exemplo, se for uma situação em que ele não possa ou não queira continuar na rua... Depende do que ele falar ao técnico durante o atendimento.” (Diretora de proteção social de Sapucaia, 2022).

O custeio do hotel é muito comum nos casos em que o usuário demonstra o desejo de sair da rua e retornar para a família. Nesses casos, eles pernoitam no hotel e a equipe, após entrar em contato com a família ou com os equipamentos de assistência social de onde está a família, encaminham o usuário diretamente para lá. Mas são raras as exceções. No geral, quando o assunto é retornar para a família, os indivíduos se mostram bastante contrários à ideia, se negando até mesmo a responder se possuem ou não vínculos familiares. Como defende a técnica que trabalha realizando os atendimentos no CREAS “quando eles saem objetivando dar continuidade nessa vida deles de trecho assim, eu acho que eles criam meio que um bloqueio. Familiar e de tudo. A impressão que dá é que eles querem apagar, sabe? O passado deles” (Psicóloga do CREAS de Sapucaia, 2022).

O que se torna interessante observar é que a política de concessão de passagens para os municípios vizinhos sob a justificativa de que eles oferecem abrigo, portanto seriam mais vantajosos a essa população, não conta com a articulação entre a assistência social dessas cidades para garantir a oferta do abrigo. A diretora de proteção elucidou que o CREAS fornece a passagem e a informação a respeito do abrigo, mas não se articula com as demais localidades para garantir que a pessoa o tenha obtido. No entanto, se o intuito é garantir que aquela pessoa prossiga seu caminho visando encontrar um local com maiores possibilidades de acolhida, pelo menos por uma noite, a articulação se faz necessária, não enquanto política de controle de mobilidade e nem de estímulo à sedentarização, mas sim de sanar uma necessidade urgente, como a de dormir, ao menos uma noite, sem a preocupação quanto aos fenômenos naturais, ou como a de poder fazer uma refeição completa.

Dando prosseguimento à entrevista, constata-se que o maior problema que os funcionários do CREAS atribuem à opção pela vida no trecho é o vício em álcool ou drogas. Segundo eles, a raiz do problema pode variar de acordo com o caso, mas o principal problema é, sem dúvidas o vício. Mas na visão da diretora de proteção social, a maior motivação, com base em seus atendimentos até mesmo em outros municípios, seriam conflitos intrafamiliares, com a raiz do problema se dando para além das paredes de casa:

“Acredito que a raiz do problema é toda a nossa organização enquanto sociedade. O estigma também é um problema, uma vez que essas pessoas, mesmo tendo optado por viver na rua devido a sua história de vida, que pode ser de muito sofrimento, não

são acolhidas. Isso potencializa a decisão de estar na rua. Porque se você não é acolhido, então pra onde você vai? [...] Não existe uma raiz específica. Gira em torno da organização da sociedade, das oportunidades que são ofertadas. Mas cada um possui uma história de vida diferente, então o que motiva o usuário a estar em trajetória ou situação de rua vai depender das vivências que ele teve. Cada um vai trazer a sua experiência.” (Diretora de proteção social de Sapucaia, 2022).

Nesse sentido, a diretora de proteção social defende que é possível qualificar “andarilhos-trecheiros” profissionalmente. Ela acredita que ao contrário da população em situação de rua dos grandes centros urbanos, “andarilhos-trecheiros” não são majoritariamente dependentes de álcool e outras drogas, portanto, não seria necessário primeiro tratar o vício para depois qualificá-los profissionalmente. No entanto, ela destaca que essa qualificação deveria ser realizada já prevendo também a garantia de um destino a ela:

“É importante pensar em qualificação, mas ela não é suficiente porque não adianta pensar em mão de obra qualificada se não tem vaga que vá suprir essa mão de obra. Vão estar qualificados, mas não vão conseguir acessar o mercado de trabalho. Não existem vagas para suprir o quantitativo de pessoas desempregadas. [...] Os governos criarem projetos de oferta de trabalho para a população de rua é uma ação afirmativa. É necessário e importante, principalmente porque estará se ofertando essa oportunidade especificamente para essas pessoas em situação de rua. [...] O mercado de trabalho não tem capacidade para absorver toda essa qualificação. Então se a intenção é que exista vaga para absorver essa demanda, é preciso qualificar e já ter o encaminhamento. Sendo um projeto ou uma política pública, precisa ter essa interligação. Precisa qualificar e já encaminhar para a vaga para a qual ele foi qualificado.” (Diretora de proteção social de Sapucaia, 2022).

Quanto a que tipo de trabalho poderiam desempenhar, a diretora de proteção social acredita que não há como definir funções específicas, visto que cada um possui habilidades diferentes e que podem ser úteis para os mais variados tipos trabalho. Já o coordenador do CREAS acredita que o ideal seria estimulá-los a trabalhar com elementos ligados à vida deles: “[...] talvez funções ligadas à reciclagem, trabalhos manuais, como a produção de artesanatos por exemplo. Eles não querem sair dessa vida, então a gente tem que tentar levar alguma coisa que tem dentro da vida deles que pudesse ajudar eles nessa parte de profissionalização.” (Coordenador do CREAS de Sapucaia, 2022).

Na concepção da diretora de proteção social, maiores oportunidades de qualificação profissional poderiam ser importantes ferramentas de ressignificação das vivências dessa população, influenciando na ressocialização dela. A funcionária afirma também que, além do que cabe ao poder público, no que tange à ressocialização, existe também a negativa do próprio usuário.

“[...] o serviço social tem um limite. Ele não pode obrigar ninguém a aceitar um acompanhamento na assistência social, ou no CAPS, ou se retirar da rua. O assistencialismo social não vê isso como possibilidade. [...] o assistente social não pode fazer tudo o que quer, ele tem que fazer o que cabe dentro das possibilidades que eles têm de serviço ofertadas naquele momento. [...] O poder público é limitado, ele não consegue ofertar tudo o que é necessário para que a pessoa em situação de rua seja realmente ressocializada. E, além dessas limitações, existe a negativa da própria pessoa, porque depende dela também. [...] Mesmo os direitos sendo garantidos por lei, e o serviço social se esforçando para garanti-los, ele trabalha com pessoas e essas pessoas têm toda a vida delas de histórico, de vivências e experiências que às vezes eles não trazem por completo para o profissional. Então para o profissional analisar, fazer um estudo sobre aquele usuário, ele precisa conhecer a história dele,

mas muitas vezes o usuário não vai trazer essas questões, ele só vai trazer depois de uma vinculação, uma referência com o profissional, e isso demanda tempo. Tem questões que vão depender dele, a SMAS, através de qualquer equipamento, não pode tomar conta do usuário, são muitas pessoas e esse atendimento particular é impossível. Então são muitos entraves, tanto pelo lado do poder público, quando pelo do próprio usuário, das questões que ele traz, sua história de vida, sua capacidade de ressignificar o que ele vivenciou, de entender que apesar do que foi vivido ele pode recomeçar sua história de outra forma, e que mesmo assim ele pode encontrar outras dificuldades pelo caminho. As histórias êxito não são maioria.” (Diretora de proteção social de Sapucaia, 2022).

O reestabelecimento dos vínculos familiares é, na visão dos funcionários, outro ponto chave para a ressocialização, uma vez que a família, mesmo que com vivências conflituosas, são pessoas de referência, e os conflitos podem vir a ser solucionados a partir da intervenção do assistencialismo social. No entanto, no caso dos “andarilhos-trecheiros”, a situação se torna um pouco mais complicada. Essas pessoas costumemente perambulam sozinhas, dificilmente estão acompanhadas por algum familiar ou até possuem alguma referência familiar. E nos poucos casos em que possuem, se for do desejo do usuário, a equipe busca o contato com os entes para falar sobre a possibilidade do retorno. Nos raros casos em que o usuário quer voltar e a família possui condições de recebê-lo, a assistência social disponibiliza um veículo para conduzi-lo até o local onde se encontram os familiares. Esse reiterado incentivo ao reestabelecimento dos vínculos familiares se deve à matricialidade sociofamiliar, do Sistema Único de Assistência Social, que defende a centralidade da família como núcleo social fundamental para que haja efetividade das ações e serviços do SUAS. Contudo, a diretora de proteção social reconhece que seria esse um dos grandes entraves no que diz respeito ao trabalho da assistência social com “andarilhos-trecheiros”:

“[...] tanto no CREAS, quanto no CRAS, se preza pelo fortalecimento dos vínculos familiares, por quebrar padrões de comportamento violento, e a pessoa em trajetória, raramente vem acompanhada, no geral está sozinha. Uns têm referência familiar e outros não, vai depender do que ele vai trazer e assim vai ser pensada a melhor opção. Mas havendo possibilidade, o retorno à família é um caminho para se trabalhar com essa população.” (Diretora de proteção social de Sapucaia, 2022)

Ela defende que falta qualificação profissional para se lidar com essa população. Mesmo a equipe sendo formada por profissionais de áreas variadas, a ausência de alguém com especialização nas demandas dessa população é uma das maiores dificuldades.

“Não existe profissional qualificado no CREAS para trabalhar especificamente com população de rua. E isso faz muita falta, porque quando há a especialização, quando você estuda mais sobre determinado assunto, você vai compreender mais a demanda e também observar de uma forma ampliada e conseguir pensar em mais possibilidades de intervenção. A formação da equipe por um assistente social, um psicólogo e um advogado, possibilita o trabalho mesmo que não haja a especialização, mas mesmo assim não é mesma coisa que ter alguém especializado naquela demanda.” (Diretora de proteção social de Sapucaia, 2022).

Ela argumenta ainda, assim como o coordenador e a técnica do CREAS sobre a ausência de um equipamento que possa acolher esse usuário, mesmo que por uma noite, na cidade. Para eles, a falta de um profissional especializado nessa população, bem como a presença de um equipamento apropriado para lidar com as demandas dessa população fazem falta no município e seriam instrumentos importantes tanto no processo de vinculação entre o usuário e o profissional, quanto na ressocialização dessa população, não no sentido de mantê-los no município, mas de poderem realizar o acolhimento adequado, e oportunizar a garantia

de direitos, como o do acesso à documentação. Mesmo que na concepção dos três funcionários o viver nas ruas, em trajetória ou não, possa sim ser uma opção de vida e deva ser respeitada enquanto direito de quem a faz, a ressocialização ainda é interessante e impacta diretamente sobre a possibilidade de ganhos futuros, tanto para o profissional, quanto para o usuário.

Para além disso, quanto aos problemas enfrentados pela população em situação de rua no município, sendo itinerante ou não, a diretora de proteção social sustenta que o mais difícil são os estigmas impostos a eles. Ela relata que, quanto aos munícipes em situação de rua, a SMAS já recebeu ofício da câmara de vereadores pedindo a retirada deles do logradouro onde dormiam e que eles precisaram explicar que retirá-los dali era violar o direito deles. Ela relata ainda que há uns anos era muito comum no município que as pessoas que vissem alguém em trajetória de rua pela cidade ligassem para o CREAS incomodados com a presença daquela pessoa ali e eles precisavam sempre explicar que ela tinha o direito de estar ali e que sua presença não era sinônimo de desordem. Ela acredita que hoje a situação melhorou consideravelmente, devido às inúmeras vezes em que tiveram essa conversa com os munícipes que entravam em contato reclamando. Mas o estigma está longe de ter sido rompido por completo, se é que isso é possível.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destaca Justo (2012, p. 45) “mesmo as pequenas cidades rechaçam andarilhos, trecheiros e “pardais”, vistos como invasores indesejáveis, pessoas perigosas que representam ameaça para os moradores.” É comum se atribuir a esses itinerantes o estigma de viciados e até de fugitivos, de pessoas que cometeram crimes e estão fugindo da polícia e por isso acabam largando a cidade e a vida sedentarizada, se jogando no mundo, rumo a uma vida clandestina, sem documentos e vagando sem rumo para longe, para onde ninguém o possa reconhecer.

O estigma enfrentado pela população em situação de rua não está circunscrito somente à população convencional das cidades. Ele permeia também a opinião daqueles que lidam rotineiramente com essa população. No caso dos “andarilhos-trecheiros” nas pequenas cidades do interior a questão se torna ainda maior, como observado em Sapucaia, onde os profissionais que fazem o atendimento a esses itinerantes os veem majoritariamente enquanto viciados que se perderam nessa vida de trecho e não querem ser ajudados. No entanto, na utopia desses profissionais, o ajudar está atrelado à aceitação por partes desses itinerantes do retorno ao que a sociedade considera como a forma digna de existência. Mesmo que digam considerar a vida no trecho e nas ruas como uma possibilidade sim de viver, dificilmente conseguem enxergar quais poderiam ser as motivações que levaram aquela pessoa à errância.

A ausência de profissionais que compreendam a demanda dessa população e que possam sanar suas necessidades urgentes é um dos grandes entraves na lide com os “andarilhos-trecheiros”. Profissionais da assistência social estão fadados a trabalhar em favor da matricialidade sociofamiliar do Sistema Único de Assistência Social. No entanto, atuar sobre alguém que está caminhando sozinho, afastado de vínculos familiares – como os “andarilhos-trecheiros” –, se apoiando em políticas que apresentam como centralidade o núcleo familiar, dificilmente mostrará efetividade. Esse é o problema das atuais políticas públicas aplicadas a “andarilhos-trecheiros”: elas não são pensadas para eles. Produzir políticas de estimulação à sedentarização para pessoas que se desprenderam dos limites e imposições da vida fixa está fadado ao insucesso, fato elucidado pela pesquisa realizada no município de Sapucaia. Pouco ou nada se consegue obter de um atendimento a um “andarilho-trecheiro”, uma vez que o profissional busca retorná-lo ao tripé família-casa-trabalho, e ele, por sua vez, já rompeu com esses preceitos que, possivelmente, lhe foram hostil.

A análise da entrevista realizada com a diretora de proteção social revela que a assistência social de Sapucaia é encabeçada por profissionais que possuem noção do todo socioeconômico no qual o município está inserido. Em contrapartida, os funcionários que lidam diretamente com essa população não contam com o mesmo pensamento. Isso revela a deficiência do assistencialismo social, como já fora destacado por Justo e Nascimento (2015), que creem, em maioria, que os “andarilhos-trecheiros” se encontram nessas condições graças a razões que estão culturalmente inseridas no imaginário popular, como o vício e a vagabundagem, sem levar em consideração as transformações incitadas pela mecanização no campo e o conseqüente êxodo rural, que expurgou famílias inteiras para os arredores das cidades em busca de melhores condições de vida, mas que se depararam com uma massa de outros trabalhadores sem qualificação profissional e um mercado incapaz de absorver toda a mão de obra disponível.

A compreensão das conseqüências das situações de vulnerabilidade social se torna difícil quando estas não são sentidas na pele. Compreender o que leva o homem a optar por uma vida trajetiva, de solidão e

incertezas, pode ser uma tarefa árdua quando se olha isso a partir de vivências confortáveis e seguras. Não que alguém deva sair de seu lar e viver situações de dificuldade para compreender os problemas sociais, mas sim, sair de sua zona de conforto mental e emocional para entender a vastidão das mais variadas realidades que existem por aí. Não é olhar para a miséria e naturalizá-la, mas enxergá-la enquanto produto do sistema capitalista e formadora das mais distintas formas de relações trabalhistas, familiares e sociais.

A falta de articulação entre a assistência social de Sapucaia com a dos municípios vizinhos, pelo menos daqueles com que ela faz fronteira e para onde tende a encaminhar os “andarilhos-trecheiros” que passam pela cidade é uma questão curiosa de se observar. Se a justificativa do encaminhamento para essas localidades é a oferta de lugares onde eles possam pernoitar, como albergues e abrigos, e, conseqüentemente terem a certeza de uma refeição e de estarem protegidos dos fenômenos naturais, a articulação com esses municípios se torna um ponto chave para a efetivação dessa justificativa. Claro que ela deverá ser feita mediante a vontade do usuário, que precisa aceitar esse encaminhamento. Essa articulação entre os municípios pode se tornar fundamental quando não atrelada ao estímulo da sedentarização, mas sim ao acolhimento dessas pessoas que poderiam passar ao menos uma noite livres de estarem sujeitos a intercorrências climáticas, fome, ou expostos a possíveis violências.

Não restam dúvidas a respeito da boa intenção da assistência social do município de Sapucaia, sobretudo no reconhecimento das deficiências do município no que tange o atendimento aos “andarilhos-trecheiros”, e o interesse em sanar pelo menos suas necessidades mais urgentes como banho, comida, cobertor e a possibilidade de seguir viagem. No entanto, o modo como aqueles que trabalham quase que diariamente com a população flutuante de “andarilhos-trecheiros” os enxerga limita o suporte dado a essa população, uma vez que compreender - não aceitá-la e nem tomá-la para si, mas verdadeiramente assimilar - a escolha da errância como consequência e possibilidade que se dá a partir de um todo socioeconômico muito mais abrangente e mais complexo, e não reduzi-la um problema decorrente do vício em drogas e álcool e sem reiteradamente incentivá-los ao retorno ao núcleo familiar, tornaria a experiência e a passagem desses “andarilhos-trecheiros” pelo município um pouco menos dura e solitária.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)> Acesso em: 13 junho 2023.

CINTRA, Thais Lima et al. O drama de morar na rua: população em situação de rua no município de Ituiutaba-MG. 2018.

DE FREITAS, Cledione Jacinto. GESTÃO DE MOBILIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRECHEIROS EM CIDADES PEQUENAS.

DE FREITAS, Cledione Jacinto; COSTA, Felizardo Tchiengo Bartolomeu; JUSTO, José Sterza. Políticas de Mobilidade para Nômades e Errantes: para onde posso ir ou ficar?. **Sociedade em Debate**, v. 24, n. 3, p. 30-52, 2018.

DE FREITAS, Cledione Jacinto; SANTANA, Isael José; JUSTO, José Sterza. NÔMADES NA CIDADE! O QUE FAZER COM ELES?.

DE OLIVEIRA, David Neves; MILWARD-DE-AZEVEDO, Julianne Alvim. Dinâmica do Crescimento Urbano-industrial do Município de Três Rios/RJ: notas sobre os efeitos ambientais e vulnerabilidade social. **Revista ESPAÇOS| Vol. 36 (Nº 20) Año 2015**, 2015.

DE SOUZA RODRIGUES, Igor; FERNANDES, Dmitri Cerboncini (Ed.). **Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil: grandes cidades**. Editora CRV, 2020.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Zahar, 2000.

IBGE. **Sapucaia (RJ) | Cidades e Estados | IBGE**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/sapucaia.html>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

IBGE. **Três Rios (RJ) | Cidades e Estados | IBGE**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/tres-rios.html>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

JUSTO, José Sterza. *Vidas errantes: políticas de mobilidade e experiência de tempo-espaço*. Londrina: EDUEL, 2012. 214p.

KRISIS, Grupo. *Manifesto contra o trabalho*. Tradução: Javier Blank e Marcos Barreira. Nova edição, 2020.

NASCIMENTO, Eurípedes Costa; JUSTO, José Sterza. Andarilhos de estrada segundo os relatos de trabalhadores assistenciais. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, p. 221-230, 2015.

ROCHA, Domicio Augusto et al. *Patologia em Revestimento Asfáltico*. 2014.

SILVA, Luciana Codognoto da; JUSTO, José Sterza. Errância e nomadismo feminino: o caso de duas mulheres trecheiras. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

VERGARA FILHO, Otto. Investimento em rodovia e suas implicações no desenvolvimento-um estudo de caso da rodovia Rio-Bahia (trecho Leopoldina-MG-Feira de Santana-BA). **Revista Brasileira de Economia**, v. 30, n. 4, p. 501-534, 1976.